

2 Amianto: campanha internacional e fundo de indemnização na Suíça

3 Iniciativa de rescisão: consequências para migrantes e trabalhadores

4 Seguros sociais: o que muda em 2020

Nr. 1 | fevereiro 2020 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Iniciativa por um 13.º mês de AHV-AVS

Porque nós merecemos boas reformas



As mulheres necessitam de uma maior pensão de reforma do AHV-AVS

Quem trabalha toda a vida tem de receber uma pensão de reforma que lhe permita viver dignamente depois de reformado. Em princípio, a maioria das pessoas está de acordo com esta afirmação. No entanto, o sistema de pensões enfrenta grandes desafios e a situação está cada vez mais difícil. As reformas continuam a baixar, apesar de a economia crescer.

Gabriela Medici, USS

Reformas mais baixas ...

O seguro AHV-AVS foi aumentado pela última vez nos anos 70. Desde então, as pensões de reforma só têm sido ajustadas com base no chamado índice misto. Assim, a evolução das reformas não tem acompanhado a dos salários. Os contínuos aumentos dos prémios do seguro de saúde comem uma grande parte da reforma do AHV-AVS e deixam cada vez menos para viver. Por outro lado, paga-se cada vez mais para o segundo pilar, mas as pensões da caixa de pensões não param de baixar. Aumenta o número de assegurados que ficam indignados ao verificar que têm de pagar sempre mais para receberem cada vez menos. A tudo isto, há que juntar o facto de muitas mulheres não estarem asseguradas no segundo pilar – ou só receberem da caixa de pensões reformas miseráveis.

... e o alarmismo aumenta

Ao mesmo tempo, empregadores, bancos e companhias de seguros querem fazer-nos crer que o seguro AHV-AVS está à beira

Dia internacional das mulheres: por um 13.º mês de pensão do AHV-AVS

O seguro AHV-AVS é especialmente importante para as mulheres: porque só este seguro tem em conta, para o cálculo da pensão, os períodos dedicados à educação dos filhos e aos cuidados de familiares próximos. Além disso, as mulheres trabalham com frequência a tempo parcial, sendo-lhes difícil cotizar para o segundo pilar o suficiente para terem direito a uma pensão decente. É por isso que uma pensão de reforma AHV-AVS decente é fundamental para as mulheres! As mulheres merecem não só salários mais altos, mas também pensões mais altas. Digamos «sim» ao 13.º mês de pensão AHV-AVS!

No dia 8 de Março haverá diferentes acções regionais. Entre em contacto com o Unia da sua região e participe.

do colapso financeiro. Fazem pressão para cortar nas pensões e aumentar a idade da reforma. O que querem efectivamente é vender o maior número possível de produtos do terceiro pilar. Porque é assim que fazem dinheiro. Com o seguro AHV-AVS não ganham nada. Pelo contrário: quem tem salários elevados paga mais para o seguro AHV-AVS do que aquilo que recebe quando se reforma. O seguro AHV-AVS é, graças ao seu sistema solidário, o único em que as pessoas que têm salários altos ajudam a financiar as pensões de reforma de quem tem salário baixos. No terceiro pilar, as pessoas estão por sua própria conta, só recebem conforme o que pagaram.

Contra-ofensiva dos sindicatos

Há quase 50 anos que a Consti-

tuição Federal determina que as pensões de reforma devem permitir uma vida decente na velhice. Mas estamos a afastar-nos cada vez mais deste princípio. Os próximos anos determinarão se na Suíça teremos reformas decentes e solidárias ou se os bancos e as seguradoras levarão avante a sua vontade, conseguindo a privatização dos sistemas de reforma. É por tudo isto que a USS vai lançar uma iniciativa por um 13.º mês de pensão de reforma AHV-AVS. Porque quem trabalhou toda a sua vida merece uma boa pensão. A iniciativa é simples, mas refinada: requer um 13.º mês de pensão AHV-AVS, semelhante ao 13.º mês de salário. Calculando com base num salário mensal, isto significa um aumento de 8,33% nas pensões AHV-AVS. Para uma família, digamos um condutor de

eléctricos e uma vendedora Coop em part-time com um filho, a iniciativa resulta num aumento de cerca de 300 francos por mês. A iniciativa prevê que os beneficiários de prestações complementares também recebam uma 13.ª pensão.

Mulheres e pessoas com pensões baixas beneficiadas

Este aumento das pensões AHV-AVS é a forma mais eficaz de melhorar a difícil situação de pessoas com rendimentos baixos e das mulheres na idade da reforma. Por isso, o aumento das pensões é a resposta social adequada um ano depois do êxito da greve das mulheres. Trata-se de uma medida concreta há muito esperada.

Editorial



Estimadas e estimados colegas,

Guerra, milhares de refugiados, crise climática, empregos em perigo, reformas cada vez mais baixas – estas manchetes de jornal podem fazer medo. Mas o medo é um mau conselheiro. Medo é o capital político de dirigentes megalómanos e de demagogos, actualmente muito em voga.

Foi graças ao medo que o SVP-UDC se tornou o partido mais forte na Suíça. E este ano confrontamo-nos com mais uma campanha baseada no medo. Com a «Iniciativa de rescisão», o SVP-UDC quer acabar com a livre circulação de pessoas e as medidas de acompanhamento, que protegem os salários e os contratos colectivos de trabalho. Ela quer fazer o tempo voltar para trás ao sistema de contingentes, que era altamente discriminatório. Pressão salarial, mais concorrência e trabalho ilegal seriam as consequências. As empresas que exploram os trabalhadores e cometem dumping seriam as grandes beneficiadas.

Este é o maior desafio político do ano. A aprovação desta iniciativa seria uma catástrofe para todos os trabalhadores. Temos de o impedir. A nossa campanha «Baixar salários, abolir direitos? Não à iniciativa da UDC-SVP» está pronta para avançar. Cada voto, cada contacto é um contributo para um NÃO no dia 17 de Maio. Espero poder contar com o teu apoio.

Além disso, temos muito trabalho pela frente: a iniciativa sindical por uma 13.ª pensão do AVS-AHV, a greve pelo clima a 15 de Maio e a campanha por igualdade salarial, bem como a manifestação nacional por melhores salários a 19 de Setembro. Também para isto precisamos do teu apoio. Porque só juntos temos aquela força que nos permite vencer o medo e dar forma à esperança de um futuro melhor: a solidariedade!

Vania Alleva

Notícias breves

Formação para migrantes no ramo da hotelaria e restauração: Por melhores oportunidades no mercado de trabalho!

O projecto de formação Integresso disponibiliza aos trabalhadores de língua estrangeira uma avaliação da sua situação profissional e melhora o acesso à formação e ao aperfeiçoamento profissional. Com isto, podem melhorar as suas oportunidades no mercado de trabalho. O projecto de formação inclui uma avaliação da situação actual, a aquisição das competências básicas e aconselhamento individual.

Os participantes pagam 250 francos por todo o pacote de formação, os sócios do Unia pagam apenas 100 francos.

Interessado/a?

Venha a uma das nossas sessões informativas!

Berna: segunda-feira, 17.02.2020, 15h00 – 17h00, ECAP Berna, Freiburgstrasse 139 c

Biel/Bienne: quarta-feira, 19.02.2020, 18h00 – 20h00, ECAP Biel/Bienne, Spitalstrasse 11

Para mais informações consulte www.integresso.ch ou:

ECAP Berna, Tel. 031 381 81 33, jsoldo@ecap.ch
Unia Berna, Tel 031 385 22 22, bern@unia.ch

Quanto de migração há em cada um de nós? Exposição «Homo migrans. Dois milhões de anos em movimento».

O Museu Histórico de Berna exibe até 28.6.2020, a exposição «Homo migrans. Dois milhões de anos em movimento». A viagem começa com os primeiros seres humanos em África, mostra o início da sua propagação por todo o mundo há dois milhões de anos e leva-nos até aos dias de hoje na Suíça. Além dos grandes fluxos migratórios que marcaram a Suíça, a exposição também apresenta histórias e destinos de pessoas migrantes.

Quanto de migração há dentro de mim? Esta questão acompanha os visitantes durante o percurso pela exposição e convida-os a debruçar-se sobre o tema da migração tanto no seu contexto histórico como em relação à sua própria biografia e origem. Porque: A migração foi e é a normalidade na história da humanidade

Análise da USS: A solidariedade é o pré-requisito para o futuro da democracia

A orientação económica liberal das políticas sociais e económicas ao longo dos últimos 30 anos levou a um decréscimo da solidariedade na Suíça. Este é o resultado de uma análise da União de Sindicatos Suíços (USS). Graças à defesa sindical dos contratos colectivos de trabalho e dos salários mínimos, mas também do sistema de reforma velhice, conseguimos evitar o pior. Em 2020, os sindicatos partem para a ofensiva: pelo reforço do AHV-AVS através do lançamento da iniciativa por um 13.º mês de reforma AHV-AVS e por uma melhor situação das pensões de reforma das mulheres, dos trabalhadores a tempo parcial e dos que auferem baixos rendimentos. É necessário mais solidariedade nas questões sociais, os sindicatos empenham-se por isso.

Fecho da montagem de Rieter: é preciso acabar com a desindustrialização

O fabricante de máquinas de fiar Rieter vai fechar a montagem na sede da empresa, em Winterthur. Há mais de dois séculos que este grupo industrial produz fábricas de fiar na cidade. Seguindo só a lógica de muito lucro, já tinham acabado com a produção das máquinas em 2015. Agora, o fecho da montagem tem como consequência o desaparecimento de mais 87 postos de trabalho na área da indústria. Isto significa o fim de 225 anos de história industrial de Winterthur. O Unia exige que Conselho Europeu da Empresa seja consultado e vai apoiar no local as pessoas afectadas, a comissão de pessoal, bem como o Conselho Europeu da Empresa.

Campanha internacional do Unia Proibir o amianto a nível mundial!



Demolição de navios no Bangladesh: um dos trabalhos mais perigosos do mundo

O amianto é um material cancerígeno e já causou milhares de vítimas mortais. Mas milhões de trabalhadores em todo o mundo continuam a contactar com ele. Por esta razão, o Unia, em conjunto com a organização não governamental Solidar Suisse, lançou uma campanha por uma proibição mundial.

Pepo Hofstetter

Na Suíça, o uso do amianto foi proibido há cerca de trinta anos. O mesmo não acontece em muitos outros países, sobretudo em países pobres, onde o amianto continua a ser usado sem escrúpulos. Os países produtores do material, como a Rússia, têm até agora impedido, com sucesso, uma proibição. As consequências são devastadoras: mais de 100 000 pessoas morrem todos os anos vítimas de doenças associadas ao amianto.

Por conseguinte, o Unia empenha-se pela proibição mundial do amianto. Através de Solidar Suisse, apoia em vários países asiáticos campanhas sindicais por uma melhor protecção e assistência das pessoas afectadas e por uma proibição geral.

Apoio aos trabalhadores nos estaleiros de demolição naval

Por exemplo, no Bangladesh. Na cidade portuária de Chittagong, cerca de 100 000 pessoas vivem da demolição de navios velhos. O trabalho deles é um dos mais perigosos do mundo. Em condições muito precárias e com salários de fome, desmantelam velhos cargueiros, petroleiros e na-

Fundo de Indemnização na Suíça

Apesar da proibição do amianto, na Suíça todos os anos 120 pessoas contraem um tumor maligno. Isto porque a doença pode manifestar-se decorridos 20 ou mais anos. Ainda hoje, há que ter o maior cuidado nas obras de renovação de edifícios construídos antes de 1990.

As doenças relacionadas com o amianto são, em princípio, reconhecidas como doenças profissionais. Para melhorar o apoio às pessoas afectadas, o Fundo de Indemnização das Vítimas do Amianto (EFA) disponibiliza, desde 2017, apoio financeiro e aconselhamento psicológico em três idiomas. O fundo está aberto a pessoas que tenham adoecido devido a contacto com o amianto na Suíça. Isto também se aplica se residirem no estrangeiro. Informações em: www.stiftung-efa.ch ou no Unia da sua região.

vios de cruzeiro, entrando muitas vezes em contacto com o amianto. Estima-se que um terço destes trabalhadores sofra de doenças associadas ao amianto. As companhias de navegação suíças (MSC) também mandam demolir navios a baixo custo em Chittagong.

Sindicatos independentes empenham-se pelos direitos dos «desmanteladores» de navios e por uma melhor protecção da saúde. Unia e Solidar Suisse apoiam este importante trabalho.

Novos delegados para a migração no Comité Central A voz da migração no Unia

O Unia Migração está novamente representado no Comité Central com uma delegação completa. Já na sua primeira reunião, os delegados puderam participar na discussão sobre temas e campanhas importantes e, deste modo, introduzir na discussão pontos importantes para os migrantes.

Emine Sariaslan

A Assembleia de Delegados do Unia elegeu a 7 de Dezembro de 2019 Eleonora Failla, Emine Sariaslan, Elio Li Voti e Hilmi Gashi como representantes no Comité Central do grupo de interesse migração. Este é um órgão executivo alargado do Unia, constituído pelos membros do Comité Director, secretários regionais e sócios activistas das regiões, dos sectores e dos grupos de interesses.

2020: Unia luta pelos direitos dos trabalhadores

Na reunião do Comité Central de Dezembro de 2019, o sindicato Unia definiu as suas metas para 2020: o Unia continuará a empenhar-se na luta pelos direitos dos trabalhadores, pelos migrantes, pela igualdade de direitos e por uma sociedade social e justa. Vai, ainda, continuar a lutar contra os ataques às leis laborais, bem como contra a discriminação e o racismo.



Três dos delegados da migração ao Comité Central: Elio Li Voti, Emine Sariaslan e Eleonora Failla

Combater a iniciativa de rescisão do SVP-UDC

Fundamental este ano é a luta contra a iniciativa de rescisão do SVP-UDC que pretende abolir a livre circulação de pessoas com a UE. Uma consequência seria também o fim das «medidas de acompanhamento», que protegem os nossos salários. Sem inspecções e sanções, os contratos coletivos de trabalho, que actualmente salvaguardam os salários e as condições de trabalho de dois milhões de trabalhadores na Suíça, deixariam de ser exequíveis. A aprovação da iniciativa desencadearia um aumento de condições de trabalho precárias e uma gigantesca espiral de dumping, com salários cada vez mais baixos. É, por conseguinte, um ataque sem precedentes aos direitos de todos os trabalhadores.

Greve pelo clima

O aquecimento global está a tomar proporções cada vez mais catastróficas. O Unia exige investimentos em métodos de produção e construção ecologicamente sustentáveis, uma revolução energética com o objetivo de neutralizar as emissões de CO² e o fortalecimento dos serviços públicos, especialmente nas áreas de circulação e de transportes. Os oportunistas e os responsáveis por danos ambientais devem suportar os custos desta transformação. Os impostos e os custos de transformação devem ser reembolsados à população de uma forma socialmente compatível. Tendo em conta isto tudo, é evidente que o Unia apoia a «greve pelo clima», que se realiza a 15 de Maio de 2020.

Zurique: Direito de voto para estrangeiros? O que Zurique quer, já o Jura tem há muito

Os partidos de direita nem querem ouvir falar no direito de voto para a população estrangeira. No entanto, em 600 municípios suíços esta é já uma realidade. Agora, Zurique vai voltar a fazer uma tentativa.

Anne-Sophie Zbinden, work, n.º 1/17 de Janeiro 2020 (adaptado)

O que para a Suíça alemã parece revolucionário é quase normal na Suíça francesa: que os residentes estrangeiros tenham direito de voto nas eleições municipais. Agora, o Conselho Cantonal de Zurique está disposto a voltar a debater o assunto. Concretamente, os municípios do cantão devem poder ter a possibilidade, se quiserem, de introduzir o direito de voto de estrangeiros nas eleições municipais. Em toda a Suíça, pessoas sem passaporte suíço já podem votar e ser eleitas em cerca de 600 municípios. O Jura foi o primeiro cantão a introduzir em 1979 o direito de voto comunal. Desde o início do ano 2000, isto também é possível em Vaud, Genebra e Friburgo. No Jura e em Neuchâtel os estrangeiros podem inclusivamente votar em eleições e votações cantonais.

Os municípios das montanhas mais avançados

A Suíça alemã está atrasada a este respeito. Com três excepções: em Basileia-Cidade (2005), Grisões (2003) e Appenzell Ausserrhoden (1995) os municípios podem, se quiserem, dar o direito de voto aos estrangeiros. Em Basileia-Cidade discute-se actualmente a concretização desta possibilidade. Nos Grisões, os estrangeiros podem votar em mais de 20 municípios, incluindo Vals desde 2012. Stefan Schmid, presidente da Câmara de Vals, está convencido: «Há muitos estrangeiros em Vals. Por isso, é correcto e importante que eles possam participar politicamente».

Appenzell é mais progressivo

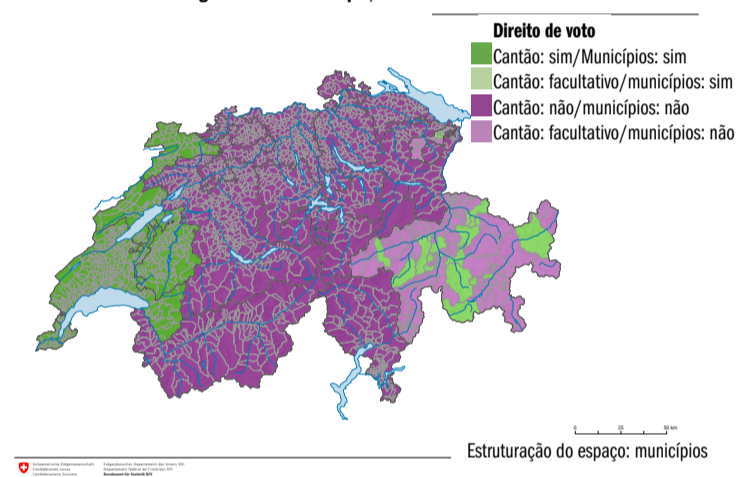
Appenzell Ausserrhoden, o cantão que só introduziu o direito de voto das mulheres em 1989, é mais progressivo

vo do que Zurique no que diz respeito ao direito de voto dos estrangeiros. Adultos sem passaporte suíço já podem participar nas decisões políticas em quatro municípios: Wald, Trogen, Rehetobel e Speicher.

O caminho é difícil

Em Zurique, os eleitores já rejeitaram a possibilidade de direito de voto para estrangeiros em 1993 e em 2013. A actual tentativa também tem um caminho difícil pela frente: a Comissão Jurídica debruça-se novamente sobre a proposta, depois esta vai ao Parlamento – e por fim são os eleitores quem tem a última palavra.

Direito de voto dos estrangeiros a nível municipal, 2018



Restrições na ajuda social para migrantes de países terceiros A caça aos pobres continua

Na sua primeira reunião do ano, o Conselho Federal decidiu introduzir restrições à ajuda social para migrantes de países terceiros. Receber ajuda social passa assim a ser um instrumento de exclusão. É importante que as forças sociais progressivas tomem clara posição contra.

Hilmi Gashi

Um ano depois da entrada em vigor da restritiva Lei sobre os estrangeiros e a integração, a conselheira federal do FDP-PLR, Karin Keller-Sutter, apresentou um pacote de medidas para restringir a ajuda social a migrantes dos chamados países terceiros. Está previsto um agravamento dos critérios de integração para a concessão de autorizações de estadia a pessoas com o estatuto de acolhimento provisório. Além disso, a revogação da autorização de residência permanente em caso de ajuda social deve ser facilitada (embora isto já seja possível). E, ainda, a ajuda social para pessoas com autorização de estadia deve ser dificultada nos três primeiros anos de estadia na Suíça.

Anticonstitucional

A limitação da ajuda social com base no estatuto de residência constitui uma transgressão do princípio de igualdade de tratamento e é por isso anticonstitucional. Além disso, os especialistas da área da migração receiam que estas restrições tenham consequências negativas para a integração dos estrangeiros na Suíça. Keller-Sutter, no entanto, não deu ouvidos aos especialistas e levou o seu pacote avante, com o apoio dos conselheiros federais de direita, que constituem a maioria no Conselho Federal.

Mobilizar contra os pobres

A campanha de difamação contra os pobres na Suíça foi iniciada pelo SVP-UDC. Para este partido, quem recebe ajuda social é um parasita. As pessoas são colocadas sob suspeita geral e acusadas de abuso da segurança social. Agora a FDP-PLR vai ainda mais longe, mostrando a sua verdadeira face de partido que faz política para os ricos.

Resistir é necessário

As forças progressivas têm de lutar contra isto. É uma questão de justiça e de dignidade dos necessitados, independentemente da sua nacionalidade. Temos de fazer parar os ataques aos mais pobres!



É preciso mais solidariedade, não mais ataques aos mais desfavorecidos!

Entrevista



A 17 de Maio os suíços vão votar a «Iniciativa de limitação ou de rescisão» lançada pelo SVP-UDC. Serge Gnos, chefe do departamento de comunicação do Unia, falou com o Horizonte sobre o que realmente está por trás desta iniciativa.

Serge, o SVP-UDC intitula a iniciativa «Iniciativa por uma imigração moderada (iniciativa de limitação)». O que pretende o SVP-UDC com ela?

O título é uma fraude. A iniciativa do SVP-UDC é tudo menos «moderada». É um ataque claro aos direitos de todos os trabalhadores na Suíça. Se for aceite, serão abolidas a livre circulação de pessoas com a União Europeia e a protecção salarial na Suíça. Isto é tudo menos moderado.

O Unia e outras organizações chamam-lhe «iniciativa de rescisão». Porquê?

O SVP-UDC é mestre em esconder as suas verdadeiras intenções. As suas políticas só beneficiam ricos e poderosos; mas no discurso deles são sempre os outros os culpados - os migrantes, os trabalhadores, as pessoas com baixos rendimentos.

Isto é muito claro nesta iniciativa: O objectivo declarado do SVP-UDC é acabar com a livre circulação de pessoas, para pôr um travão definitivo à imigração. É isto que está em causa. O SVP-UDC esconde as suas intenções por detrás de um título «moderado», mas nós temos de dizer claramente o que está em causa.

Os cidadãos da UE seriam afectados. Mas não outros migrantes ...

Não, isso não é assim! É verdade que os migrantes de países terceiros não beneficiam da livre circulação de pessoas. Mas eles também precisam de bons salários e boas condições de trabalho; eles também precisam de protecção salarial, tal como os suíços. Estamos todos no mesmo barco.

O que queres dizer com isso?

O SVP-UDC está a atacar os direitos de todos os trabalhadores: Quer abolir a protecção salarial e, por conseguinte, salários justos e boas condições de trabalho. Ameaça também o regresso do estatuto discriminatório de trabalhador sazonal. Temos de lutar com determinação contra estas duas questões.

Graças às medidas de acompanhamento à livre circulação de pessoas, conseguimos introduzir instrumentos para uma melhor protecção salarial. Deste modo, conseguimos melhorar as condições de trabalho nos últimos 10 anos e aumentar continuamente os salários baixos, nomeadamente nos ramos que anteriormente eram um «osso duro de roer» para os sindicatos – tais como o da limpeza ou da contratação de pessoal. Também conseguimos reduzir o dumping salarial e o trabalho ilegal passo a passo.

É por isso que o Unia considera a iniciativa perigosa?

Exacto. Como sindicatos, empenhámo-nos durante décadas por mais direitos para os migrantes. A livre circulação de pessoas foi um progresso importante para os cidadãos da UE. Deu-nos a todos o direito de escolher onde queremos trabalhar e viver dentro da UE. Esta é uma conquista importante que deve ser defendida.

A iniciativa é perigosa porque põe em causa todas estas conquistas. O SVP-UDC quer fazer a Suíça recuar 20 anos. Quer a Suíça das barracas, que só tolera os migrantes como trabalhadores sazonais e os priva em grande parte dos seus direitos. Era assim numa altura em que os sindicatos eram fracos e medrosos e que só em circunstâncias muito excepcionais levavam a cabo conflitos laborais. Numa altura em que os patrões tomavam as decisões e ninguém ousava opor-se. Não é esta a ideia que temos da Suíça; temos e vamos impedi-la.

Mas a limitação da imigração não resolveria muitos problemas no mundo do trabalho?

Isso é absurdo. A imigração não é o problema; a exploração e a avidez de lucro são o problema. Há uma história: um imigrante, um cidadão nacional e um patrão sentam-se à volta de um bolo com 10 fatias. O patrão tira 9 e diz ao cidadão nacional: «Cuidado, olha que o migrante quer a tua fatia do bolo». É esta a história que o SVP-UDC conta.

Marília Mendes

Pergunte, que nós respondemos

Trabalhar como pensionista: tenho de pagar AHV-AVS?

Faço 65 anos dentro em breve e depois receberei as pensões do AHV-AVS e da Caixa de Pensões. No entanto, gostaria de continuar a trabalhar a tempo parcial depois de passar à reforma. Tenho de continuar a pagar as contribuições para o AHV-AVS?

PHILIP THOMAS: Sim. Porque a obrigação de pagar contribuições para os seguros AHV-AVS/IV-AI/EO-APG não termina quando se recebe a pensão de velhice do AHV-AVS. Se auferir um salário mensal superior a 1400 francos por mês (ou 16.800 francos por ano), o seu empregador é obrigado a deduzir do seu salário as contribuições AHV-AVS/IV-AI/EO-APG e transferi-los para a caixa de compensação competente. O mesmo se aplica ao seguro de acidentes (UVG-LAA- LAINF). O seguro de acidentes não tem limite de idade. O seu empregador pode continuar a fazer deduções do seu salário para esse efeito. O prémio depende do rendimento segurado. Em contrapartida, não tem de pagar contribuições para o seguro de desemprego nem para o segundo pilar. Para o subsídio de doença aplica-se: nas cláusulas contratuais gerais do seguro e no contrato da seguradora está estipulado se deve continuar a pagar contribuições e se o seguro lhe presta algum benefício se ficar incapacitado de trabalhar. Consoante as condições, a cobertura do seguro termina ao atingir os 65 anos de idade.

Work, 13.12.2019

Despedimento aos 63 anos de idade: devo passar agora à reforma?

Trabalho numa tipografia. A situação da carteira de encomendas é crítica. Fui por isso despedido aos 63 anos de idade. A minha empresa não quer participar no financiamento da reforma antecipada, mas pediu-me que me aconselhasse a este respeito, o que já fiz. A Caixa de Pensões só me concede a taxa de conversão de 4,88% que é habitual aos 63 anos de idade. A minha pensão seria tão baixa que não seria suficiente para viver. Tenho de me reformar antecipadamente, apesar disso?

MARKUS WIDMER: Não. É melhor inscrever-se na Caixa de Desemprego. Se se reformasse antecipadamente, a Caixa de Desemprego teria de deduzir a sua pensão do seu subsídio de desemprego e, por conseguinte, o seu subsídio diário seria mais baixo. Em vez disso, recomendamos que transfira o seu capital da Caixa de Pensões para duas contas de livre passagem em dois bancos diferentes. O subsídio de desemprego termina, o mais tardar, quando se atinge a idade da reforma. Poderá então resgatar o seu capital da Caixa de Pensões. Recomendamos que faça o resgate em dois anos, assim reduz a sua carga tributária.

Work, 29.11.2019

Falência: põe termo à relação de trabalho?

Trabalho numa loja de pintura. Agora, o meu empregador declarou insolvência. O que vai acontecer com o meu contrato de trabalho? A minha relação de trabalho termina automaticamente com a declaração de insolvência? Ou será que tenho de continuar a trabalhar, embora seja incerto se vou receber o salário?

REGULA DICK: Não. A abertura do processo de insolvência não significa automaticamente o termo da relação laboral. No entanto, a Caixa de Desemprego não paga subsídio de insolvência para o trabalho que realizar após a declaração de falência. Por conseguinte, corre o risco de não receber remuneração pelo tempo de trabalho se no processo de falência se apurar a não existência de activos suficientes para pagar os salários. Além disso, os processos de falência são relativamente longos. No entanto, a abertura do processo de falência é um indício de que a empresa está insolvente. Em conformidade com a alínea a) do art. 337.º do Direito das Obrigações pode exigir que os seus futuros salários em dívida sejam garantidos, por exemplo, através do depósito numa conta congelada. Estipule um prazo ao seu empregador dentro do qual ele deve garantir o seu futuro salário. Três dias a uma semana é considerado adequado. Se não for dada nenhuma garantia, pode despedir-se sem aviso prévio. Neste caso, deve inscrever-se imediatamente na Caixa de Desemprego.

Work, 17.01.2020

Reforma fiscal e financiamento do AHV-AVS, segurança social

Seguros sociais: O que muda em 2020?

A 1 de Janeiro de 2020 entrou em vigor a reforma fiscal e o financiamento do AHV-AVS (STAF-RFFA), um pacote aprovado pelos eleitores suíços com 66,4% dos votos. Pela primeira vez, em mais de 40 anos, sobe a taxa de contribuição para o seguro AHV-AVS por parte de empregadores, empregados, trabalhadores por conta própria e pessoas economicamente não activas (inactivos). A taxa de contribuição da Caixa de Compensação familiar também irá mudar.

Marek Wieruszewski

O objectivo da reforma foi consolidar o debilitado sistema de reformas do AHV-AVS a fim de salvaguardar as futuras pensões. Através da reforma, o AHV-AVS receberá mais 2 mil milhões de francos por ano: os empregadores e os segurados contribuem com 1,2 mil milhões. O resto é pago pela Confederação.

Alterações nas contribuições do AHV-AVS

A contribuição salarial do AHV-AVS aumenta 0,3% (de 8,4 para 8,7%) e é suportada em partes iguais pelos trabalhadores e empregadores (+0,15% cada). Isto corresponde a um aumento de 1.50 francos para cada 1000 francos dos salários. Os trabalhadores por conta própria têm de autofinanciar os 0,3%. Para os rendimentos anuais superiores a 56 900 francos, a contribuição do AHV-AVS aumenta de 7,55% para 8,1%. Para as pessoas que auferem rendimentos baixos, aplica-se uma escala degressiva de 7,55 até 4,32%. Para mais informações consulte: www.ahv-iv.ch/p/1.2020.d

	antigo	novo
Trabalhadores		
Contribuição AHV-AVS	4,2%	4,35%
Contribuição do trabalhador para AHV-AVS /IV-AI/EO-APG	5,125%	5,275%
Trabalhador por conta própria		
Rendimento anual superior a 56 900	7,8%	8,1%
9400 bis 56 900		entre 7,55% e 4,35%
Até 9400		
contribuição mínima AHV-AVS	CHF 395	CHF 409
Inactivos		
Contribuição mínima Poupanças até 300 000 CHF	CHF 482	CHF 496
Contribuição máxima a partir de 8 400 000 CHF	CHF 24 100	CHF 24 800
Contribuição voluntária AHV-AVS		
Contribuição mínima	922	950
Contribuição máxima	23 050	23 750

Cantões aumentam abono de família

Ao abrigo da implementação cantonal do projecto fiscal, foram também aumentados os abonos de família e de formação em seis cantões a partir de 1 de Janeiro de 2020:

	2019	2020
Basileia-Cidade		
Abono de família	200	275
Abono de formação	250	325
St. Gallen		
Abono de família	200	230
Abono de formação	250	280
Friburgo		
Abonos de família para os dois primeiros filhos	245	265
Para os subsequentes	265	285
Abono de formação (até 2 filhos)	305	325
Para os subsequentes	325	345
Appenzell Innerhoden		
Abono de família	200	230
Abono de formação	250	280
Jura		
Abono de família	250	275
Abono de formação	300	325
Schaffhausen		
Abono de família	200	230
Abono de formação	250	290

No cantão de Appenzell Ausserhoden, serão introduzidos os seguintes aumentos a partir de 1 de Abril de 2020: Abono de família: 230 (antes 200) e abono de formação: 280 (antes 250).

O aumento dos subsídios é a consequência do direito que os trabalhadores têm ao pagamento de diferença, se o outro progenitor receber subsídios mais baixos para os mesmos filhos noutro cantão onde exerce actividade profissional.

Previdência Profissional

A partir de 1 de Janeiro, várias pensões de sobrevivência e de invalidez do segundo pilar obrigatório serão também, pela primeira vez, ajustadas à evolução dos preços. As pensões pagas pela primeira vez em 2016 irão aumentar 1,8%, as pensões de 2010, 2013 e 2014 serão aumentadas em 0,1%. Para descontentamento dos empregadores, os créditos da parte obrigatória do regime de Previdência Profissional continuarão a render pelo menos 1% de juros, em 2020. Quanto maior for a taxa de juros, mais aumentam os créditos dos segurados.

